



Novo Enem terá apoio dos Correios e da PF

O novo Enem será realizado por uma força-tarefa formada pela Fundação Cesgranrio e pelo Cespe, ligado à UnB (Universidade de Brasília). As entidades terão o apoio dos Correios, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal, que atuará na área de inteligência.

A data do exame ainda não foi fechada, mas a previsão é que os 4,1 milhões de estudantes inscritos façam a prova entre a última semana de novembro e a primeira de dezembro.

As duas instituições irão substituir o Connasel, consórcio que havia vencido a licitação para impressão, distribuição e correção do Enem. O MEC anunciou ontem o rompimento do contrato por conta do vazamento da prova.

Tanto o Cespe quanto a Cesgranrio têm experiência na realização de vestibulares e concursos públicos. Além do vestibular da UnB, o Cespe foi o responsável por provas de concurso público para diversos órgãos. A Fundação Cesgranrio venceu todas as 11 últimas concorrências para realizar o Enem. Neste ano, a Cesgranrio não quis participar da licitação porque considerou não haver tempo hábil entre a licitação e a data da prova -78 dias, dos quais 15 poderiam acabar sendo tomados pela análise de recursos das concorrentes. O Connasel disputou sozinho a licitação. Elas serão contratadas sem licitação devido ao caráter emergencial da prova. O valor do contrato não foi divulgado.

Quebra de contrato

Ontem, o Ministério da Educação oficializou o rompimento do contrato com o Connasel. Segundo o MEC, a iniciativa foi tomada em comum acordo.

O consórcio, liderado pela empresa baiana Consultec, também era formado pela Cetro, de SP, e pela FunRio, do Rio. Ele já havia gasto R\$ 38 milhões dos R\$ 116 milhões contratados quando o vazamento da prova foi confirmado, na semana passada.

Ainda não se sabe quem arcará com o prejuízo. Segundo o MEC, se for comprovada a responsabilidade do consórcio na fraude, a União irá entrar na Justiça para pedir ressarcimento. "Falar agora [que a culpa do vazamento é do consórcio] seria prejulgamento", disse o presidente do Inep, Reynaldo Fernandes. Desde domingo, o ministério já havia resolvido pela quebra de contrato, mas adiou o anúncio oficial por um dia até receber parecer favorável da área jurídica, para evitar o pagamento de multa ou parcela do contrato. Além do vazamento da prova, que ocorreu numa etapa de responsabilidade do consórcio, o MEC ainda considerou grave o fato de parte das provas ficar armazenada em casa de professores. "A responsabilidade passada será apurada no momento apropriado, haverá um processo administrativo para isso", disse Fernandes.

Assim como a nova data do Enem, as mudanças no esquema de segurança do exame para evitar uma nova fraude só deverão ser anunciadas amanhã.

Hoje, o ministro Fernando Haddad (Educação) se reúne com Tarso Genro (Justiça) para conversar sobre a participação da Polícia Federal no esquema de segurança.

O Inep já havia montado uma prova reserva, que será aplicada quando for fechada a nova data do exame. A Folha não conseguiu contatar a Consultec, empresa líder do consórcio, até o fechamento desta edição.

Prova terá de ser feita e aplicada em tempo recorde

Caso o novo Enem seja realizado na última semana de novembro (hipótese otimista do MEC), as empresas terão 54 dias para diagramar, revisar, imprimir, lacrar, distribuir e aplicar as provas em 1.829 cidades. Se a prova for na primeira de dezembro, serão 61 dias.

O novo prazo, ainda não definitivo, reduz o cronograma em pelo menos 24 dias em relação ao anterior, já considerado exíguo pela própria Cesgranrio, que, no início do ano, não quis participar da disputa. Da data de recebimento do envelope com a proposta do Connasel (única empresa que disputou a licitação) até a aplicação da avaliação (que ocorreria neste último fim de semana), transcorreriam 78 dias. Apenas para a impressão do material foram 36 dias.

O Enem deste ano já seria feito em tempo recorde. Em 2006, por exemplo, do recebimento dos envelopes ao teste, foram 132 dias -como mais empresas disputaram a licitação, havia 15 dias de prazo para aguardar a análise de recursos. Em 2007, 121 dias e, em 2008, 93 dias.